



Galapagos SSPE – 02 – Letra de Risco de Seguro

CNPJ: 63.028.616/0001-90

(Administrada pela a Galapagos Capital Sociedade Seguradora de Propósito Específico)

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025
e relatório dos auditores independentes

RIO DE JANEIRO
(21) 2533-1122
Rua São José, 70
Sala 1701, Centro
Rio de Janeiro - RJ
20.010-903

SÃO PAULO
(11) 2229-7898
Avenida Paulista, 2439
9º andar, C.J 91, Bela Vista
São Paulo - SP
01.311-300

ESPIRITO SANTO
(27) 4040-4098
Rua João De Cruz, 25
4º Andar, Praia Do Canto
Vitória - ES
29.055-620

PARANÁ
(41) 4040-4075
Rua Francisco Rocha, 198
Batel
Curitiba - PR
80.420-130

mcsmarkup.com



Conteúdo

	Página
Relatório da administração	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Demonstrativo da situação patrimonial	7
Demonstração da mutação no patrimônio da operação de securitização	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração às demonstrações financeiras da Galapagos SSPE – 02 – Letra de Risco de Seguro, relativas ao período de 25 de novembro de 2025 (data da emissão) a 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Contexto Institucional

A Galapagos SSPE – 02 – Letra de Risco de Seguro foi emitida em 25 de novembro de 2025 e trata-se de um título que viabiliza a transferência de riscos securitários ao mercado de capitais cuja operação envolve a securitização de riscos relacionados a seguros garantia.

Operações Relevantes

A Letra de Risco de Seguro (“LRS”) é um instrumento que permite a transferência de riscos securitários para o mercado de capitais, ampliando as alternativas de gestão e mitigação de riscos. Essa operação envolveu a securitização de riscos relacionados a seguros garantia.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo totalizou R\$ 1.009.330, dos quais R\$ 1.008.948 referem-se as aplicações financeiras. Os passivos totalizaram R\$ 1.009.330, representados basicamente por obrigações de letra de risco de seguro.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026
A Diretoria.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos diretores da
Galapagos SSPE – 02 – Letra de Risco de Seguro
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Galapagos SSPE – 02 – Letra de Risco de Seguro (“LRS”), administrada pela Galapagos Capital Sociedade Seguradora de Propósito Específico (“SSPE”), que compreendem o demonstrativo da situação patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e o respectivo demonstrativo da mutação do patrimônio da operação para o período de 25 de novembro de 2025 (data da emissão) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Galapagos SSPE – 02 – Letra de Risco de Seguro em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às operações de securitização de Sociedades Seguradoras de Propósito Específico autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Galapagos SSPE – 02 – Letra de Risco de Seguro, administrada pela Galapagos Capital Sociedade Seguradora de Propósito Específico., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Mensuração da Letra de Risco de Seguro (LRS) e do respectivo ativo garantidor

A Letra de Risco de Seguro (LRS) mantém obrigações, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, representadas principalmente pela parcela dos recursos aplicados pelos investidores titulares na emissão da LRS. O registro deste montante é baseado no valor total de emissão constante da escritura da LRS.

Consideramos o referido montante de emissão da LRS citado, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores registrados nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) comparação do montante com a escritura da LRS e com o respectivo extrato bancário; (ii) recálculo da rentabilidade do ativo garantidor; (iii) análise documental das despesas administrativas incorridas no período, com verificação da natureza e competência; e (iv) avaliação se as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos, consideramos aceitáveis os critérios utilizados pela Administração para a mensuração da LRS e do respectivo ativo garantidor

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da SSPE é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às operações de securitização de Sociedades Seguradoras de Propósito Específico autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da operação de securitização administrada pela SSPE continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a operação de securitização administrada pela SSPE ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da operação de securitização administrada pela SSPE são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da operação de securitização administrada pela SSPE e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da operação de securitização administrada pela SSPE.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da operação de securitização administrada pela SSPE. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a operação de securitização administrada pela SSPE não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026.

Assinado eletronicamente por:
Romulo Carvalho Caputo
CPF: ***.430.257-**
Data: 27/02/2026 16:40:35 -03:00
Romulo Carvalho Caputo



Contador CRC 108.577/O-4

MCS Markup Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC RJ 006917/O-3

Galapagos SSPE – 02 - Letra de Risco de Seguro
Demonstrativo da situação patrimonial
em 31 de dezembro de 2025
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31 de dezembro de 2025
Ativo		
Circulante		
Disponível	3	226
Aplicações Financeiras	4	1.008.948
Premios a receber		156
Total do Ativo		1.009.330
Passivo		
Passivo Circulante		
Contas a Pagar		12.615
Obrigações a Pagar	5	12.461
Provisões técnicas - Seguros		
Provisão de prêmios não ganhos	7.1	154
Passivo Não Circulante		996.715
Contas a Pagar		
Obrigações letra risco de seguro	6	996.715
Total do Passivo		1.009.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Galapagos SSPE – 02 - Letra de Risco de Seguro

Demonstrativo da situação patrimonial

Período de 25 de novembro de 2025 (data de da emissão) a 31 de dezembro de 2025

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Emissão de LRS	1.000.000
Rentabilidade de Ativos	9.477
Prêmio LRS	156
PPNG - Garantia	(154)
Despesas Administrativas	(12.764)

Saldo final em 31 de dezembro de 2025

996.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Índice

Demonstrações financeiras

Demonstrativo da situação patrimonial.....	7
Demonstração da mutação do patrimônio da operação de securitização.....	8

Seção A – Informações gerais..... 9

1.1 Contexto operacional.....	9
1.2 Apresentação das demonstrações financeiras.....	9
1.2.1 Bases de apresentação.....	9
1.2.2 Características da operação de securitização.....	9
1.2.3 Bases de mensuração.....	10
1.2.4 Moeda funcional.....	10
1.2.5 Uso de estimativas e julgamentos.....	10
1.3 Análise das operações.....	11

Seção B – Riscos..... 11

2 Gerenciamento de riscos.....	11
2.1 Tipologia de risco.....	11
2.2 Risco de mercado.....	11
2.3 Análise de Value at Risk.....	11
2.4 Risco de crédito.....	12
2.5 Capital de risco regulatório.....	12

Seção C – Notas explicativas relevantes às demonstrações financeiras.

3 Caixa e equivalentes de caixa.....	13
4 Aplicações financeiras.....	13
5 Obrigações a pagar.....	15
6 Obrigações letra risco de seguros.....	15
7 Provisões técnicas.....	15

Seção A – Informações gerais

1.1 Contexto operacional

Em 25 de novembro de 2025, a Galapagos Capital Sociedade Seguradora de Propósito Específico realizou a primeira emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS), denominada Galapagos SSPE – 02 - Letra de Risco de Seguro (“LRS” ou “Letra”). Em 04 de dezembro de 2025, foi efetuada a primeira integralização, no valor de R\$ 1.000.000.

A Letra de Risco de Seguro é um título que viabiliza a transferência de riscos securitários ao mercado de capitais cuja operação envolve a securitização de riscos relacionados a seguros garantia.

A LRS se encontra classificada no segmento S3 de acordo com a classificação da SUSEP.

1.2 Apresentação das demonstrações financeiras

1.2.1 Bases de apresentação

Estas são as primeiras demonstrações financeiras da LRS e conseqüentemente, não são apresentados valores comparativos referentes a períodos anteriores.

As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as operações de securitização das Sociedades Seguradoras de Propósito Específico (SSPE) autorizadas a funcionar pela SUSEP.

Na condição de emissora da LRS, a Galapagos Capital Sociedade Seguradora de Propósito Específico. (“Galapagos SSPE”) constitui o patrimônio independente e emite as demonstrações financeiras, de maneira não consolidada como uma entidade que reporta, em cumprimento ao disposto, especialmente da Lei 14.430. de agosto de 2022 e na Resolução 453 de abril de 2022 emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da LRS evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no período.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Emissora em 27 de fevereiro de 2026.

1.2.2 Características da operação de securitização

A Letra de Risco de Seguro (LRS) será encerrada pelo término do prazo de vigência contratual estabelecido para a cobertura dos riscos securitizados, que será dia 01 de janeiro de 2032, ou antecipadamente em razão da ocorrência de eventos de sinistralidade que exijam a utilização integral dos recursos do patrimônio independente.

1.2.3 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A LRS elabora suas demonstrações financeiras utilizando a contabilização pelo regime de competência.

1.2.4 Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025 são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da LRS.

1.2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da LRS e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas (registradas no passivo sob a rubrica “Obrigações letra risco de seguro”). As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da LRS. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a estimativas e suas premissas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

(a) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 4, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. A nota 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(b) Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados

A provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) visa refletir os sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram reportados à sociedade seguradora. Trata-se de uma estimativa atuarial necessária para garantir a adequada constituição das obrigações técnicas da LRS. Considerando que a SSPE se encontra em fase inicial de operação, foi adotada uma metodologia, definida em nota técnica atuarial, baseada em parâmetros técnicos da contraparte. A seleção da sinistralidade esperada proveniente da contraparte reflete a experiência consolidada da contraparte na carteira em referência. No período de 25 de novembro de 2025 (data da emissão) a 31 de dezembro de 2025 não ocorreram avisos de sinistros.

1.3 Análise das operações

A LRS foi emitida em 25 de novembro de 2025 e opera no segmento de Garantia. A operação teve como contraparte o BS2 Seguros S.A, sociedade empresária por ações, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Alameda Vicente Pinzon, nº 51 – 10º Andar, Vila Olímpia, CEP 04.547-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.163.211/0001-94. O BS2 Seguros S.A. realizará, em contrapartida à transferência de riscos à SSPE, pagamento de prêmios de acordo com os riscos aceitos ao longo da vigência da operação.

Seção B – Riscos

2. Gerenciamento de riscos

A presente Letra de Riscos de Seguros (LRS) foi emitida pela Galapagos SSPE, a qual mantém uma Diretoria Estatutária de Controles Internos, responsável pela supervisão e monitoramento do gerenciamento de seus riscos. No mesmo sentido, mantém-se o comprometimento de toda Diretoria Estatutária e dos demais órgãos colegiados, consultivos e deliberativos, por fomentar a gestão de riscos no âmbito da Companhia.

De forma geral, sob o aspecto de gerenciamento de riscos, a LRS adota os mesmos mecanismos previstos pela estrutura de gestão de riscos da Galapagos SSPE, emissora da referida LRS.

2.1 Tipologia de risco

As principais categorias de risco a qual a LRS encontra-se exposta, considerando a sua natureza, são as que seguem: mercado e crédito.

2.2 Risco de mercado

São os riscos oriundos das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, que podem causar a redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado das aplicações financeiras contidas na presente LRS são: taxas de juros reais e nominais.

Os recursos captados com a emissão da Letra de Risco de Seguro (“LRS”) foram integralmente aplicados em cotas do ETF GLFT11, cuja política de investimento consiste, preponderantemente, na aplicação em títulos públicos federais, classificados como ativos de baixo risco de crédito e elevada liquidez. A LRS não possui ativos ou passivos em moeda estrangeira.

Considerando o perfil dos investimentos da LRS, a Diretoria entende que a exposição às variações nas taxas de juros é imaterial e inexistente exposição ao risco cambial.

A gestão de risco do mercado envolve diferentes unidades organizacionais, contemplando diretrizes e estratégias, assim como técnicas VaR (Value at Risk) e construção de cenários de estresse, com o objetivo de gestão preventiva de perdas.

2.3 Análise de Value at Risk

São estabelecidos limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Além disso, a carteira de investimentos é monitorada diariamente, visando garantir que os limites definidos sejam respeitados.

O Value at Risk (VaR) é um dos métodos utilizados na gestão de risco de mercado. A mensuração do risco através deste método estima a perda máxima esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e para um intervalo de confiança especificado sob condições normais de mercado. Esta medida considera o efeito da diversificação dos riscos na carteira total. Esta métrica é difundida no mercado para a mensuração do risco de mercado. No entanto, o modelo utiliza dados históricos para calcular perdas do portfólio e, como limitação, não mensura o montante desta perda acima do nível de confiança.

Segundo o método histórico, com nível de significância de 5%, janela de observação de 12 meses e retornos diários, o VaR diário da carteira de ativos da LRS estimado para 31 de dezembro de 2025, foi de aproximadamente R\$ 100.89, o que representa uma perda máxima estimada de 0,01% do total da carteira de ativos.

Análise consolidada por stress tests econômicos

O stress test consiste em mensurar o efeito das variações de preços e taxas observadas no mercado financeiro em momentos de stress significativos sobre o valor dos ativos e passivos da LRS. Para isso, observa-se o valor dos principais preços e taxas em um momento anterior e posterior à crise e aplica-se estas variações sobre os ativos e passivos da LRS na data base de 31 de dezembro de 2025. O cálculo do efeito global também considera as correlações existentes entre os diversos fatores de risco. As variáveis que mais afetam o resultado do stress test para a LRS são as taxas de juros reais e nominais.

Os stress test econômicos analisados são: Bearish, Bullish, Mexican Crisis (1995), Asian Crisis (1997), Russian Devaluation (1998), Tech Wreck (2000), Sept 11th (2001), Fall 2008 (2008).

Após análise, conclui-se que o cenário econômico mais adverso para a carteira de investimentos é o Bearish, que geraria uma perda estimada de 0,02% no patrimônio independente da LRS.

2.4 Risco de Crédito

Na estrutura de uma LRS é considerado que a principal origem do risco de crédito está vinculada a investimentos em títulos ou carteira de ativos.

A estrutura da operação assegura correspondência integral entre os ativos adquiridos e as obrigações decorrentes da LRS, não havendo realização de operações de crédito com contrapartes privadas nem manutenção de instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito relevante.

Assim como descrito na seção anterior, a Diretoria considera que a sua exposição ao risco de crédito com investimentos é imaterial dado que os recursos captados com a emissão da Letra de Riscos de Seguros foram integralmente aplicados em ETF GLFT11, classificados como ativos de baixo risco de crédito.

2.5 Capital de Risco Regulatório

A Resolução CNSP nº 453/2022, estabelece a metodologia para o cálculo do capital de risco da LRS baseado nos riscos de crédito e de mercado.

O Capital de risco regulatório apresentado está sendo coberto pela Galapagos Capital Sociedade Seguradora de Propósito Específico.



Galapagos SSPE – 02 – Letra de Risco de Seguro

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 25 de novembro de 2025 (data da emissão) a 31 de dezembro de 2025

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo demonstra o capital de risco da LRS em 31 de dezembro de 2025.

2025

CMR	R\$ 1.300.000,00	
Capital Base	R\$ 1.200.000,00	Parcela Variável R\$ 100.000,00

Seção C - Notas explicativas relevantes às demonstrações financeiras

3. Caixa e equivalente de caixa

3.1 Políticas contábeis aplicáveis

A LRS considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos em conta corrente em moeda nacional, aplicações financeiras de alta liquidez e com risco insignificante de variação de valor de mercado, conforme definido pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

Caixa e equivalente de caixa	2025
	226
	226

4. Aplicações financeiras

4.1 Políticas contábeis aplicáveis

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas de acordo com as disposições do pronunciamento técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- Mensurados ao custo amortizado;
- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA);
- e
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

A LRS possui apenas uma aplicação financeira, representada pelo ETF GLFT11. O GLFT11 é um fundo de índice que replica o desempenho do ITBR Selic - Índice Teva Tesouro Selic Composto 30/70 e combina uma alocação de 30% em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) de prazos curtos e 70% em LFTs de prazos longos. Através desse ETF é possível obter um retorno aderente ao DI de maneira prática, eficiente e com liquidez em bolsa. Um fundo eficiente para gestão de caixa, reservas de emergências e garantias na B3.

Essa aplicação é classificada como mensurada ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os rendimentos, as perdas e os ganhos decorrentes da variação do valor da ETF são registrados no passivo, sob a rubrica de "Obrigações LRS - Juros e Atualização Monetária". O valor justo é determinado com base nas cotações divulgadas pela B3.

4.2 Mensurações ao valor justo reconhecidas

- (a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- (b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de insumos, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (com base no preço).
- (c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

4.3 Composição do saldo

	Nível	Correção monetária	Custo amortizado	Valor justo	Total
Quotas de fundo exclusivo de índice ETF GLFT11	Nível 1	ITBR Selic	999.471	1.008.948	1.008.948
Total			999.471	1.008.948	1.008.948
%				100,00%	100,00%
Circulante				1.008.948	1.008.948

4.4 Movimentação das aplicações financeiras

	2025
Aquisição de aplicações financeiras	999.471
Resultado financeiro	9.477
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.008.948

5. Obrigações a pagar

5.1 Políticas contábeis aplicáveis

As obrigações a pagar são reconhecidas no passivo quando há a ocorrência do fato gerador. Incluem-se nesta rubrica os compromissos assumidos com terceiros, fornecedores de bens e serviços e consultoria.

5.2 Composição do saldo

	2025
Fornecedores	12.461
	12.461

6. Obrigações letra de risco de seguro

6.1 Políticas contábeis aplicáveis

As obrigações da Letra de Risco de Seguro são registradas no passivo do balanço patrimonial da operação e representam o valor devido aos investidores da LRS, condicionado às regras de remuneração, variação de provisões e eventual perda decorrente da sinistralidade da operação.

O passivo reflete o valor nominal dos recursos captados por meio da emissão da LRS, ajustado por encargos financeiros pactuados e por eventuais perdas esperadas, conforme os critérios definidos no regulamento da operação e em consonância com as normas da SUSEP. A mensuração das obrigações considera a expectativa de cumprimento das condições contratuais ao longo da vigência da operação.

6.2 Composição do saldo

	2025
Emissão de LRS	1.000.000
Rentabilidade dos ativos	9.477
Prêmio LRS	2
Despesas administrativas	(12.765)
Agente financeiro	(9.561)
Consultoria	(2.900)
Outros	(303)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	996.714

7. Provisões técnicas

7.1 PPNG

7.1.1 Políticas contábeis aplicáveis

A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída pela parcela dos prêmios, emitidos no período, de riscos não decorridos dos contratos e tem por objetivo cobrir os sinistros futuros no decorrer do período de cobertura. Conforme regulamentação vigente, a base de cálculo da PPNG deverá corresponder à parcela de prêmio de LRS repassado pela contraparte não destinado à remuneração da SSPE e é apurada operacionalmente pelo método pro rata die, que corresponde ao período de risco a decorrer, apurado a partir da data-base de cálculo até o final da vigência do contrato.

7.1.2 Composição do saldo

	2025
Garantia	<u>154</u>
	154

* * *

Diretoria

Roberto Santiago Takatsu
Diretor financeiro

Rogério Toledo Goulart
Diretor de riscos

Jordanno Bruno Nicoletta dos Santos
Diretor atuarial

Contador

Erik Gustavo Saccomani
CRC-1SP201761/O-8